



**Sumula da Apresentação da Câmara Técnica de Planejamento Gestão do Solo e Territorialidade.**

**DATA: 11 de junho de 2013**

**LOCAL: Hotel Master - Rua Francisco Torres, 285 - Centro - Curitiba / Paraná.**

Coordenador: José Ricardo Vargas de Faria (UFPR)

Relatora: Giovanna Bonilha Milano (Instituto Ambiens)

**Pauta:**

1. Leitura e análise da complementação das respostas enviadas pela SEIL/DER e encaminhamentos sobre o parecer relativo às concessões de rodovias;
2. Encaminhamentos sobre o parecer relativo aos Planos Diretores;
3. Encaminhamentos sobre a análise do tema da Regularização Fundiária e solicitação de informações aos órgãos estaduais competentes;
4. Outros assuntos.

**Discussão:**

Presentes os conselheiros Hilma de Lourdes Santos(MNLM); José Ricardo Vargas de Faria(UFPR); Rosa Maria Moura da Silva(IPARDES); Elizabeth Bueno Candido(CMP); Sandro Almir Setim(COMECE); Sirlei Cezar de Oliveira; Rui Dalcion Rocha Rossetim(CUT) e os observadores Thiago Hoshino e Shaina C. Nunes(MP-PR).

1. Após a leitura da complementação das respostas encaminhadas pela SEIL/DER sobre as concessões estaduais de rodovias, os conselheiros presentes estabeleceram a próxima reunião da câmara para debate e aprovação de parecer sobre o tema.
2. Em relação ao tema dos Planos Diretores, tendo sido já objeto de debate e exposição por parte do Sr. Carlos Storer, técnico do Paranacidade, restaram os seguintes encaminhamentos:
  - a) Solicitar a minuta do Termo de Referência em elaboração pelo Paranacidade para revisão de Planos Diretores Municipais, em função da eminência dos vencimentos da validade dos Planos Diretores no Estado do Paraná;
  - b) Elaborar parecer sobre o tema para apreciação na próxima reunião desta Câmara.
3. Sobre o tema da Regularização Fundiária, os conselheiros apresentaram situações ou procedimentos adotados em instâncias e órgãos estaduais relativos à questão e deliberaram por:
  - a) Solicitar informações aos órgãos estaduais competentes (com destaque para a COHAPAR, ITCG e SEDU) sobre ações, projetos, programas e legislação relacionados à regularização fundiária, especialmente licitações e seus respectivos termos de referência para contratação de serviços de regularização;



- b) Solicitar posicionamento da SANEPAR, da COPEL e do Ministério Público sobre ligações de abastecimento de água, tratamento de esgoto e energia elétrica em áreas urbanas não regularizadas.

Não havendo outros assuntos e sendo esse o relato, subscrevemo-nos.